

PROFESSOR I: ANOS INICIAIS E ENSINO FUNDAMENTAL I

Nome:

Inscrição:



**TURNO DA
MANHÃ**

**Fraudar ou tentar
fraudar Concursos
Públicos é Crime!
Previsto no art. 311-A
do Código Penal**



Sobre a verificação do material recebido:

- ✓ Confira seu nome, o número do documento e o número de inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal.
- ✓ Verifique também seu Caderno de Questões quanto a possíveis falhas de impressão ou numeração.
- ✓ O não cumprimento de qualquer uma das determinações contidas no Edital, no Caderno de Questões ou na Folha de Respostas resultará na eliminação do candidato.

Sobre a devolução do material:

- ✓ O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas.
- ✓ Na Folha de Respostas, preencha corretamente o campo destinado à sua assinatura.
- ✓ Para as questões objetivas, marque apenas uma alternativa por item na Folha de Respostas.
- ✓ Somente canetas esferográficas de cor azul ou preta são permitidas para preencher a Folha de Respostas. Este documento deve ser devolvido ao fiscal na saída, devidamente preenchido e assinado.

Sobre a divulgação das provas e gabaritos:

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme previsto no Edital.

Sobre as proibições no local de prova:

- ✓ É proibido folhear o Caderno de Questões antes do horário de início da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Não é permitida qualquer comunicação entre os candidatos durante a prova.
- ✓ É proibido o uso de aparelhos eletrônicos, como celulares, receptores, gravadores, entre outros.
- ✓ É proibido anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS GERAIS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 4.

Julgue os itens a seguir, relativos às tendências pedagógicas na prática escolar.

1. Na tendência progressista histórico-crítica, a prática escolar deve ser organizada de modo a promover a conscientização dos alunos sobre a realidade social. Essa tendência sustenta que a escola deve concentrar no desenvolvimento acadêmico dos estudantes, para além das questões políticas ou sociais.

2. A tendência tradicional preconiza que o professor deve ser o centro do processo educativo, agindo como o principal transmissor de conhecimento. Nessa abordagem, a interação ativa dos alunos é incentivada, e a reprodução de conteúdos é considerada essencial para a formação integral dos estudantes.

3. A tendência pedagógica tecnicista defende que o ensino deve ser orientado por objetivos bem definidos e mensuráveis, utilizando métodos padronizados de ensino. Nessa abordagem, o papel do professor é adaptar-se às necessidades individuais de cada aluno, promovendo a personalização do ensino com base em suas aptidões e interesses específicos.

4. A tendência pedagógica libertadora, inspirada em Paulo Freire, enfatiza a importância do diálogo e da problematização na prática escolar. Essa tendência considera que o papel do professor deve ser apenas de facilitador, evitando qualquer intervenção que possa direcionar o pensamento crítico dos alunos, a fim de garantir a autonomia total do aprendiz.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 5 a 8.

"Ao longo de todo o século XX, as estatísticas brasileiras foram registrando paulatinamente a ampliação do atendimento educacional no país, tanto no que se refere ao número de alunos matriculados, quanto ao tempo de escolarização (Gomes, 2001; Lima, 2011). Apesar de esforços empreendidos nos diferentes governos no decorrer do período, apenas na década de 1990 o país alcançou taxas de matrícula no ensino obrigatório próximas à universalização. Entre as populações atendidas no processo de universalização da escolaridade obrigatória, encontram-se aquelas que historicamente foram dela excluídas, inclusive a que hoje é foco da educação especial, em salas de aulas de escolas públicas, em classes especiais, em escolas ou instituições especializadas públicas ou privadas (Jesus &

Vieira, 2011). Em relação às características dessa população, o conceito de necessidades educacionais especiais, adotado no país até a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, em 2008, ainda lançava – de certa forma – um olhar pouco nítido sobre o aluno da educação especial."

Tendo o fragmento do artigo acima como referência inicial e considerando a relevância do tema por ele tratado, julgue os itens seguintes:

KASSAR, M. C. M. EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESIGUALDADES E DESAFIOS NO RECONHECIMENTO DA DIVERSIDADE. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 833-849, jul.-set. 2012, p. 836.

5. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura que todas as crianças e adolescentes têm direito à educação e ao atendimento educacional especializado quando necessário, garantindo que este seja oferecido preferencialmente na rede regular de ensino.

6. O Decreto nº 7.611/2011 reforça a necessidade de formação continuada para os professores atuarem na educação especial, mas não obriga as instituições de ensino a ofertarem programas de formação específica para todos os docentes, deixando essa responsabilidade a critério dos próprios professores.

7. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, indica que os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.

8. A legislação brasileira, conforme estabelecido pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), determina que o professor de educação especial deve atuar em salas de recursos multifuncionais, sendo desnecessário seu envolvimento direto nas atividades pedagógicas das salas de aula regulares.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 9 a 12.

Julgue os próximos itens, acerca do projeto político-pedagógico e dos planos de ensino e de aula.

9. O Projeto político-pedagógico deve ser um documento estabelecido no início do ano letivo, sem necessidade de revisões contínuas ao longo do ano, para assegurar a estabilidade das práticas educativas e a continuidade das políticas institucionais.

10. O plano de aula é um instrumento flexível, que pode e deve ser adaptado durante a prática pedagógica, de acordo com as necessidades e as respostas dos alunos ao processo de ensino-aprendizagem, garantindo uma abordagem mais dinâmica e responsiva.

11. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) de uma escola deve ser elaborado pela equipe gestora, visto que a gestão escolar é a principal responsável pelo direcionamento pedagógico e administrativo da instituição, garantindo assim a coerência e a eficácia das ações educativas.

12. A elaboração de planos de ensino deve ser orientada pelo currículo oficial, considerando, de maneira secundária, as especificidades da realidade local e as características individuais dos alunos, uma vez que o currículo é o único referencial legítimo para a organização das práticas pedagógicas.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 13 a 16.

Com relação as várias formas de avaliação, julgue os itens seguintes.

13. O uso de avaliações padronizadas é suficiente para garantir uma compreensão completa do desenvolvimento cognitivo dos alunos, uma vez que esses instrumentos são elaborados com base em critérios científicos rigorosos.

14. A autoavaliação é um processo reflexivo no qual os próprios alunos avaliam seu desempenho, suas atitudes e seu progresso em relação aos objetivos de aprendizagem estabelecidos. Esse método é amplamente reconhecido como uma prática pedagógica que promove a autonomia, o autoconhecimento e o desenvolvimento da capacidade crítica dos estudantes.

15. A avaliação formativa, ao permitir ajustes no processo de ensino-aprendizagem durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas, promove um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, onde as necessidades individuais dos alunos são atendidas de maneira contínua.

16. A avaliação somativa, ao ser aplicada ao final de um ciclo de aprendizagem, desempenha um papel crucial na certificação das competências adquiridas pelos alunos, sendo indispensável para a progressão.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 17 a 20.

O caminho do meio: por que abraçar o equilíbrio é bom para a saúde mental

As redes sociais têm nos ensinado algo importante: como é complicado e penoso para o corpo e para a mente vivermos nesta era dos extremos.

O algoritmo das redes sociais estimula e privilegia respostas extremadas sobre qualquer coisa, sejam elas para o bem, sejam para o mal. Vemos como isso tem impactado negativamente amizades, parcerias de trabalho e até relações familiares.

Quase diariamente também vemos postagens e mais postagens nos estimulando a ter uma relação com a comida que segue essa lógica: privação de muitos grupos alimentares ou propostas do tipo "coma tudo o que disser um dia" e depois prive-se nos dias subsequentes.

Redes sociais e alimentação são apenas dois exemplos cotidianos dessa era que glorifica os extremos.

Sabe aquela frase "nem tanto ao mar, nem tanto à terra"? Penso que o caminho do meio, para tudo, é a melhor saída para as nossas vidas e para a nossa saúde mental.

Eu, que trabalho com dependência do álcool, sou um dos que sempre defendeu a moderação na relação com as bebidas alcoólicas, e também na vida.

Não é de uma hora para outra que se passa a adotar atitudes e comportamentos equilibrados, porque isso nos exige disciplina, autoconsciência e autorreflexão constantes, algo que não é tão fácil de praticar porque o mundo externo (nosso trabalho, as próprias redes sociais etc.) têm nos demandado mais atenção do que nosso mundo interno.

Além disso, vivemos em um mundo que nos incentiva a buscar por objetivos extremos; por exemplo, realizações pessoais que muitas vezes são impossíveis de alcançar.

Porém, seguir pelo caminho do meio pode ser um grande aprendizado e trazer benefícios à nossa saúde mental. Primeiro, pode nos trazer mais equilíbrio e evitar que vivamos em constante estado de agitação mental e emocional.

Pode também nos incentivar aos consumos não excessivos (e aqui eu não falo só do álcool, mas também de alimentos e de compras de bens materiais). Isso nos ajuda a ter um estilo de vida mais saudável (saúde física é saúde mental) e, de quebra, pode contribuir até para os cuidados com o meio ambiente.

Como abraçar o caminho do meio? Penso que o primeiro

passo é priorizar o autocuidado. Ao voltarmos os olhos para nós, conseguiremos identificar se há algo na vida que tem sido exagerado. Ao nos cuidarmos, seremos mais capazes de estabelecer limites.

Um passo importante também é estabelecer uma relação saudável com as telas. Praticamente todos os estudos nos têm mostrado que temos tido uma relação intensa com elas, com grande impacto na saúde mental, na capacidade de foco, na memória, autoestima etc.

De tempos em tempos, faça uma revisão dos seus hábitos e escolhas. Você vai se surpreender com quanta coisa vamos acrescentando na vida e que não nos traz muitos benefícios.

Acesso em: <https://tinyurl.com/4ava59yu>

17. Depreende-se do texto que a relação intensa com as telas pode prejudicar a saúde mental, o foco e a autoestima das pessoas.

18. De acordo com o texto, adotar atitudes equilibradas é fácil, pois o mundo externo nos incentiva a buscar o equilíbrio constantemente.

19. É possível afirmar que o autor considera a privação de grupos alimentares como uma abordagem saudável, promovida pelas redes sociais.

20. Infere-se do texto que o autor defende a moderação em diferentes aspectos da vida como uma forma de melhorar a saúde mental.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.

O que fazer para combater os sinais de flacidez no rosto após emagrecimento

Usado e querido por muitos famosos, o Ozempic, remédio da Novo Nordisk para tratamento de Diabetes tipo 2, ganhou bastante popularidade e tornou-se um dos mais conhecidos métodos de emagrecimento da atualidade devido ao efeito da semaglutida que estimula a secreção de insulina, suprime a secreção de glucagon e retarda o esvaziamento gástrico, promovendo uma sensação de saciedade mais prolongada. No entanto, o efeito dessa substância vai além da perda de peso, impactando também na pele.

A perda rápida de gordura é um dos grandes benefícios do Ozempic quando o assunto é obesidade, mas esse emagrecimento drástico em pouco tempo acaba resultando na perda de gordura facial, diminuindo a sustentação e o contorno da face, tornando mais evidente a flacidez e as rugas, dando nome ao que conhecemos como "Rosto de Ozempic" (ou "Ozempic Face").

Porém, há solução! Saiba que para um resultado mais

satisfatório e completo, há o tratamento da flacidez que pode e deve ser feito de forma preventiva, de preferência dois meses antes do tratamento de emagrecimento. Na minha prática diária, começo o tratamento com uso da tecnologia para regeneração total da pele e indico os injetáveis como tratamento complementar visando sempre o resultado de naturalidade.

Conheça algumas alternativas altamente eficazes para melhorar este efeito de flacidez e "rosto caído" proveniente da grande perda de peso em pouco tempo. Estas tecnologias são muito eficientes e seguras se realizadas por um médico qualificado e especialista: Ultrassom microfocado como MPT Ultraformer; Lasers fracionados para rejuvenescimento: Picoway, CO2 e Erbium são bastante eficazes; Radiofrequência microagulhada como Morpheus ou Exiom; Uso injetável de bioestimulador – Sculptra; Preenchimento com ácido hialurônico (em último caso).

Consulte seu dermatologista especialista e veja qual a melhor opção para você!

Acesso em: <https://tinyurl.com/yszh6vw7>

21. É possível afirmar que o tratamento preventivo para flacidez deve ser iniciado durante o tratamento de emagrecimento para evitar o "Rosto de Ozempic".

22. Depreende-se do texto que há várias alternativas para tratar a flacidez causada pelo uso do Ozempic, incluindo tecnologias como ultrassom microfocado e lasers fracionados.

23. De acordo com o texto, o Ozempic ganhou popularidade como um método de emagrecimento devido aos seus efeitos na supressão da fome e na perda de peso.

24. Infere-se do texto que o uso do Ozempic não tem impacto algum na aparência facial, mesmo com a perda de peso rápida.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 25 a 28.

Quantos continentes existem na Terra?

A porção terrestre da Terra é geralmente dividida em várias massas continentais, tanto grandes como também menores, chamadas continentes, explica o The World Factbook, um site da Central Intelligence Agency (CIA) do governo dos Estados Unidos.

O World Factbook e a Encyclopaedia Britannica (plataforma de conhecimento da Inglaterra) reconhecem e listam sete continentes: Ásia, África, América do Norte, América do Sul, Antártida, Europa e Oceania.

A Oceania, como explica Education National Geographic, é um continente localizado no Centro e Sul do oceano

Pacífico, formado em sua maior parte terrestre pela Austrália e também pelas ilhas da Nova Zelândia e os países insulares das regiões de ilhas do Pacífico: Melanésia, Micronésia e Polinésia.

Entretanto, muitas vezes a Europa e a Ásia são consideradas como um único continente por comporem uma única grande massa terrestre, chamado Eurásia, acrescenta a Britannica.

Além disso, as Américas do Norte, América Central (e as ilhas do Caribe) e América do Sul às vezes são agrupadas como um só continente: Américas, resultando em um total de seis continentes (ou cinco, se a designação Eurásia for usada), explica a fonte norte-americana da CIA.

Juntos, todos os continentes mencionados acima totalizam aproximadamente 148 milhões de quilômetros quadrados de terra, detalha a Education National Geographic.

Acesso em: <https://tinyurl.com/2h2hsmfb>

25. Depreende-se do texto que as Américas podem ser agrupadas como um único continente, resultando em diferentes contagens de continentes dependendo da perspectiva.

26. De acordo com o texto, a Encyclopaedia Britannica e o World Factbook reconhecem oficialmente a existência de seis continentes.

27. Infere-se do texto que, embora a Europa e a Ásia sejam frequentemente consideradas como continentes distintos, há uma visão alternativa que os agrupa em um único continente chamado Eurásia.

28. É possível afirmar que a Oceania é composta apenas pela Austrália e Nova Zelândia, conforme descrito no texto.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 29 a 30.

O futuro como ele deveria ser

O escritor Ray Bradbury (1920-2012) disse em um de seus principais livros, "Fahrenheit 451", que "todos devem deixar algo para trás" como legado. "A diferença entre o homem que apenas apara gramados e um verdadeiro jardineiro está no toque. O aparador de grama podia muito bem não ter estado ali; o jardineiro estará lá uma vida inteira."

Uma transformação que deixamos no mundo são filhos (exemplo citado inclusive pelo próprio Bradbury). Mas ainda assim, esse pensamento, irrefutável como pareça, soa um tanto incompleto. Afinal, muito do que há de errado no mundo é promovido por nós, seres humanos – que, obviamente, somos filhos de alguém. Há uma

dimensão a mais a ser levada em conta – e esta, a meu ver, seria: cumpre transformar, sim, alguma coisa – mas para melhor.

A noção (ou a definição) de "melhor", claro, é e será tema para debate. Nem se pretende aqui defini-lo. Filosofias e religiões debatem isso desde que o homem passou a pensar, e não se vê como se chegaria a uma definição única e universal, válida para todo, em todos os contextos e épocas. Mas, observando a realidade tal como se dá aos nossos olhos, é óbvio que há melhoras a que se pode chegar, em diversos contextos. Um desses contextos, desde sempre presente nas discussões em diversos âmbitos, é o do acesso à saúde.

No Brasil, um país de desigualdades presentes, tem no acesso a serviços de saúde de qualidade uma imensa barreira ao avanço rumo a uma sociedade mais justa. Convivemos com carências seculares, como falta de infraestrutura (hospitais, laboratórios, postos de saúde) — mesmo infraestrutura sanitária (esgoto, água encanada).

Não significa que não tenha havido avanços e conquistas. O SUS (Sistema Único de Saúde) é um avanço civilizacional, reconhecido por sua abrangência. O desenvolvimento da tecnologia digital, cuja presença ganhou força ao longo da pandemia e ainda hoje, é uma via para que se leve serviços de saúde a todo o território brasileiro. O Hospital Albert Einstein, por exemplo, tem estabelecido, desde 2001, parcerias com o setor público na cidade de São Paulo, no acompanhamento do trabalho de equipes médicas, em c?apacitação, aprimoramento e gestão.

Aos jovens se atribui o narcisismo, por vezes desmedido, provocado pela disseminação incontida das redes sociais. Mas como em tudo que diz respeito ao ser humano, este não é, óbvio, o único quadro que se pode formar da juventude. A "rebeldia", a irreverência, mesmo um certo desrespeito, podem gerar legados positivos, deixar boas obras pelo caminho, construir a ponte entre divisões sociais que, se não podem ser eliminadas, de modo algum deveriam ser tão grandes. Tudo é questão de saber que vêm aí novas gerações, que necessidades terão de ser atendidas ainda por um bom tempo, que melhorias são possíveis, seja qual for a noção de "melhor" que se considere.

Deixamos a eles um legado, que eles – como os jardineiros de Ray Bradbury – vão adaptar e transformar em novos legados, sempre com um mundo cada vez melhor em vista, para estarem aí pela vida inteira.

Acesso em: <https://tinyurl.com/ypas2n3u>

29. De acordo com o texto, o Sistema Único de Saúde (SUS) é considerado um avanço importante para a sociedade brasileira.

30. Infere-se do texto que o conceito de "melhor" é subjetivo e pode variar conforme o contexto.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 31 a 34.

Piaget pesquisou por mais de cinquenta anos para responder a seguinte pergunta: Como se estrutura o conhecimento humano? Era biólogo e por isso realizou suas pesquisas com seus três filhos e outras crianças. Para ele não interessava as respostas, mas como as crianças chegavam a elas. Escreveu mais de cinquenta livros e monografias, tendo publicado cerca de duzentos artigos sobre o desenvolvimento cognitivo. Para Piaget a criança é vista como um ser dinâmico que a todo o momento interage com o meio onde está inserida, operando ativamente com objetos e pessoas, e é nessa interação constante com a realidade faz com que a criança construa e adquira formas de fazê-las funcionar.

MOTTA, Lindinalva de Souza Ludwig da; RAMOS, Isabel Cristina de Mattos. **Piaget, Vygotsky e Wallon: contribuições no cenário educacional.**

Acesso em: <https://tinyurl.com/38fkarn2>

31. Segundo Piaget, ao nascer, a criança tem reações mentais prontas, mas precisa passar por três processos básicos para desenvolvê-las. Primeiro, ocorre a assimilação, na qual a criança absorve novas experiências e as relaciona com outras que já conhece. Em seguida, vem a acomodação, fase em que a criança se adapta a essas novas experiências. A acomodação só acontece se houver assimilação. O equilíbrio entre esses dois processos é o que permite a adaptação a novas situações. Por fim, temos a equilibrção, que é o esforço da criança para entender o mundo ao seu redor.

32. O estágio sensório-motor vai de zero a dois anos de idade, é a fase em que o bebê responde ao meio que o cerca. Para que uma criança passe de um estágio para outro, é preciso que ela seja estimulada, por isso, para Piaget, é o período de maior assimilação da vida humana.

33. Piaget é considerado o pioneiro no enfoque construtivista. Embora não tenha escrito diretamente para os professores, eles foram os maiores beneficiados pelos seus estudos Piagetianos, pois, para trabalhar com crianças, é preciso saber como ocorre o seu desenvolvimento, a fim de que possamos compreendê-las em todos os aspectos.

34. Além dos processos de assimilação, acomodação e equilibrção, Piaget descreveu quatro estágios de desenvolvimento cognitivo pelos quais o ser humano perpassa ao longo da sua vida, que são: sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operacional (2 a 6 anos), operacional concreto (7 a 12 anos), operações formais (12 anos em diante).

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 35 a 38.

Letramento e alfabetização nos anos iniciais: qual a importância?

Fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, o letramento e a alfabetização garantem a aquisição adequada de habilidades que serão usadas ao longo de toda a vida do ser humano.

Juntas, essas ferramentas proporcionam o desenvolvimento de habilidades essenciais, como a escrita, a leitura e a comunicação. Além disso, o desenvolvimento de ideias e a coordenação de pensamentos mais complexos também dependem de uma base sólida construída nos primeiros anos de educação básica da criança.

Acesso em: <https://multivix.edu.br/blog/letramento-alfabetizacao/>

35. A alfabetização é o primeiro estágio em que se ensina a ler e escrever. Esse processo envolve a aquisição de uma técnica específica, na qual o indivíduo aprende a dominar as habilidades relacionadas ao alfabeto e às regras ortográficas, permitindo-lhe decodificar a língua. No entanto, uma criança que tenha sido alfabetizada não é necessariamente considerada letrada.

36. Os conceitos de alfabetização e letramento, embora não sejam distintos, estão profundamente interligados. A ideia de alfabetizar letrando reflete essa indissociabilidade entre os dois processos. Essa abordagem de alfabetização é baseada no ensino da Língua Portuguesa e serve como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento cognitivo, tanto no âmbito pessoal quanto social.

37. A leitura e a escrita representam a forma mais básica de letramento. Elas envolvem a habilidade de ler e escrever em um determinado idioma, o que inclui a compreensão de textos, a interpretação de informações e a expressão de ideias por meio da escrita. O Letramento é inserção do indivíduo alfabetizado na sociedade por meio da linguagem e comunicação escrita.

38. Enquanto a alfabetização foca no aprendizado das letras e dos símbolos escritos, o letramento está relacionado ao papel social da leitura e da escrita. Ele envolve a compreensão, interpretação e aplicação da língua em diferentes contextos sociais. Uma pessoa letrada, por exemplo, consegue se informar através de jornais, seguir receitas, elaborar discursos ou interpretar textos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 39 a 42.

O uso da expressão "análise linguística" não se deve ao mero gosto por novas terminologias. A análise linguística inclui tanto o trabalho sobre as questões tradicionais da gramática quanto amplas a propósito do texto, entre as quais vale a pena citar: coesão e coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos, análise dos recursos expressivos utilizados (metáforas, metonímias, paráfrases, citações, discurso direto e indireto etc.); organização e inclusão de informações etc. Essencialmente, a prática de análise linguística não poderá limitar-se à higienização do texto do aluno em seus aspectos gramaticais e ortográficos, limitando-se a 'correções'. Trata-se de trabalhar com o aluno o seu texto para que ele atinja seus objetivos junto aos leitores que se destina.

GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula: leitura e produção. Cascavel: Assoeste, 1984.

39. A Análise linguística/semiótica (alfabetização) se conecta com as outras práticas de linguagem e aponta de forma clara para a sistematização da alfabetização, propondo reflexões sobre o sistema de escrita alfabética e o funcionamento da língua e de outras formas de linguagem.

40. Ao adotar o texto como unidade de ensino, os aspectos a serem abordados se limitam apenas à dimensão gramatical, porém, existem conteúdos relacionados às dimensões pragmática e semântica da linguagem, que são fundamentais para a atividade discursiva e, por isso, devem ser tratados de forma integrada e simultânea nas práticas escolares de produção e recepção de textos.

41. As práticas de linguagem não são isoladas; elas se interconectam. Por exemplo, ao desenvolver uma produção textual, é possível realizar entrevistas (oral), fazer registros escritos (escrita), ler textos exemplares do mesmo gênero (leitura) e transformar a entrevista em um texto escrito (análise linguística).

42. Ao considerar a interpretação como a unidade central de ensino, a análise linguística e outras práticas discursivas são inseridas nos eixos que guiam o ensino, que incluem o uso da língua oral e escrita, bem como a reflexão sobre a língua e a linguagem. Isso destaca que "[...] as práticas de linguagem que ocorrem no espaço escolar [...] devem, necessariamente, tomar as dimensões discursiva e pragmática da linguagem como objeto de reflexão" (BRASIL, 1998, p. 34).

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 43 a 46.

Entender como a BNCC está organizada é essencial para compreender o que ela propõe e, assim, conseguir utilizá-la como ferramenta de suporte ao planejamento escolar. No caso de Língua Portuguesa, o documento

divide as práticas de linguagem em quatro categorias:

- Leitura/escuta
- Escrita
- Oralidade
- Análise linguística/semiótica

Acesso em:

<https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/42/como-trabalhar-as-quatro-praticas-de-linguagem-previstas-na-base>

43. O objetivo é aprofundar o letramento iniciado na Educação Infantil e na família, incorporando gradualmente estratégias de leitura compartilhada e independente em textos de diversas complexidades. O documento também abrange a leitura de imagens, vídeos, áudios e outros meios, além do texto escrito.

44. Mesmo que os alunos ainda não dominem completamente o sistema de escrita alfabética, o professor pode adotar estratégias, como permitir que escrevam de acordo com suas habilidades ou atuar como escriba para a turma, e em turmas com alguns alunos já alfabetizados, permitir que eles ajudem seus colegas.

45. O documento sugere desenvolver progressivamente a habilidade de produzir textos em diversos gêneros, focando na interatividade e na autoria. Nos primeiros anos, o objetivo é entender o propósito da escrita e iniciar sua prática. Recomenda-se levar situações reais de uso da língua para a sala de aula, proporcionando motivos concretos para escrever.

46. A BNCC também destaca a importância de ensinar as particularidades de cada prática de linguagem nas mídias digitais. Nesse contexto, o professor deve utilizar a tecnologia de forma pedagógica e promover uma visão crítica dos alunos sobre o uso das ferramentas digitais, levando em conta aspectos éticos, estéticos e políticos.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 47 a 50.

O desenvolvimento infantil é a maturação da habilidade de aprender, se conhecer e se relacionar na sociedade.

Sobre a habilidade de aprender, nos referimos ao desenvolvimento cognitivo. A habilidade de se conhecer e reconhecer suas emoções é marcada pelo desenvolvimento emocional. Já a habilidade de lidar com o outro e com a sociedade se refere ao desenvolvimento social.

As três formas de desenvolvimento são codependentes, ou seja, uma não consegue evoluir sem a outra.

Acesso em: <https://tinyurl.com/mrb2feps>

47. A sociedade é fundamental, pois nela criamos relacionamentos pessoais e profissionais. É através da socialização que o indivíduo pode desenvolver a sua personalidade e ser admitido na sociedade. Em outras palavras, a socialização é o processo de adquirir conhecimento social, e que transforma o ser humano de um ser social para um ser biológico.

48. A teoria de Vygotsky é uma teoria socio-histórico-cultural para o desenvolvimento das funções mentais superiores, focando na sociabilidade, interação social, signos, instrumentos, cultura e história. Ele propôs que a sociabilidade precoce da criança é fundamental para seu desenvolvimento, argumentando que o comportamento infantil é fundamentado em suas interações sociais com o mundo.

49. Segundo Vygotsky, o desenvolvimento intelectual humano resulta da interação contínua entre processos internos e externos. Ele rejeita tanto o inatismo, que afirma que as pessoas nascem com características como inteligência e estados emocionais pré-determinados, quanto o empirismo, que considera que nascemos como uma "folha em branco" e que nossas experiências moldam nossas características.

50. Piaget, em seus estudos sobre as estruturas cognitivas, enfatiza a importância do período sensório-motor e da motricidade, especialmente antes da aquisição da linguagem, no desenvolvimento da inteligência. Ele afirma que o desenvolvimento mental ocorre de forma súbito, descrito como uma "equilíbrio progressiva", que é a transição contínua de um estado de maior equilíbrio para um estado de equilíbrio mais avançado.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 51 a 54.

O conhecimento sobre o processo de desenvolvimento psicomotor se encontrou inicialmente dentro dos estudos em Psicologia do Desenvolvimento e foi de grande importância para a compreensão de um dos modos de interação do homem com o meio. De acordo com Alves (2012), o movimento é o meio de interação e atuação da criança com o mundo externo. Em cada fase do desenvolvimento psicomotor, os movimentos vão se desenvolvendo e se aperfeiçoando conforme as necessidades e o meio em que a criança se encontra, objetivando torná-la um ser único, social e integral. Para que ocorram esses movimentos, faz-se necessário o desenvolvimento das capacidades motoras, intelectuais e afetivas, o que resulta no chamado desenvolvimento psicomotor.

A importância do desenvolvimento psicomotor para a aprendizagem no âmbito escolar em crianças de 2 a 4 anos. Maria Yhasmym Pinto Bezerra

Acesso em: <https://tinyurl.com/4td8ua7u>

51. Segundo o teórico Wallon, estão relacionadas na evolução da criança a motricidade, afetividade e a inteligência. O movimento é a única expressão e o primeiro instrumento do psiquismo. O movimento (ação), pensamento e linguagem são unidades dissociáveis, porém, o movimento é o pensamento em ato, e o pensamento é o movimento em ato.

52. No desenvolvimento psicomotor, a criança é compreendida em sua totalidade, sem distinguir o aspecto intelectual do emocional e racional. As habilidades são vistas como áreas a serem desenvolvidas de maneira prazerosa e significativa. Para que esse processo aconteça de forma eficaz, é essencial levar em conta e respeitar a subjetividade individual de cada criança.

53. A estimulação do desenvolvimento psicomotor é crucial para promover a interação entre os movimentos, as emoções e a cognição do indivíduo. Para que essa estimulação seja eficaz, é essencial que a criança tenha acesso a um ambiente adequado e a facilitadores que apoiem o desenvolvimento de suas habilidades psicomotoras.

54. A psicomotricidade representa uma integração sistemática entre corpo, cérebro e mente, demonstrando uma conexão neurofuncional inseparável que reflete uma síntese filogenética, ontogenética e retrogenética ao longo da vida, sendo característica exclusiva da espécie humana .

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 55 a 58.

Brincar é mais que aprender

A brincadeira é uma experiência essencial, um modo de decidir como percorrer a própria vida com responsabilidade

Para as crianças, o brincar e o jogar são modos de aprender e se desenvolver. Não importa que não saibam disso. Ao fazer essas atividades, elas vivem experiências fundamentais. Daí porque se interessam em repeti-las e representá-las até criarem ou aceitarem regras que possibilitem compartilhar com colegas e brincar e jogar em espaços e tempos combinados.

Por que jogar e brincar pede a repetição? Esses desafios encantam pelo prazer funcional de sua realização. Mesmo que se cansem, as crianças querem (esperam) continuar jogando e brincando. Há um afeto perceptivo, ou seja, algo que agrada ao corpo e ao pensamento. Até o medo e a dor ficam suportáveis, interessantes, porque fazem sentido. Por isso, trata-se de uma experiência que pede repetição por tudo aquilo que representa ou mobiliza. Graças a isso, aprendemos a identificar

informações ou qualidades nas coisas ou em nós mesmos - para reconhecer coisas agradáveis e desagradáveis e, assim, variar as experiências e combiná-las das mais variadas formas.

(...)

Lino de Macedo

Acesso em: <https://tinyurl.com/4f5d9wxz>

55. As brincadeiras funcionais são o estágio inicial do brincar e envolvem o uso do próprio corpo da criança e a produção de sons. Elas são predominantes desde o início da vida até cerca de 18 meses. Por exemplo, na creche, os pequenos brincam estendendo e encolhendo os braços, balançando as pernas, fazendo ruídos e até chorando, o que permite observar as reações dos outros e como essas ações afetam o mundo ao seu redor.

56. A BNCC propõe seis direitos de aprendizagem para a Educação Infantil, todos ligados às brincadeiras, incluindo o direito de brincar. O documento garante que a criança deve ter a oportunidade de brincar diariamente de diversas maneiras, em diferentes ambientes e com diferentes parceiros, para expandir seu acesso a produções culturais e enriquecer suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

57. Antes, durante e após o jogo, o papel do professor na mediação e observação é crucial para que a atividade desempenhe sua função alfabetizadora. Por isso, é preciso garantir que haja sempre a intervenção do professor, já que a função docente é fundamental, sendo importante preservar a natureza do jogo, aproveitando a animação e envolvimento das crianças para dar explicações no quadro.

58. Brincar de faz de conta envolve níveis menos avançados do desenvolvimento cognitivo infantil, por isso esse tipo de brincadeira deve ser mais incentivado, mas oferece oportunidades ilimitadas para expandir a interpretação do mundo, permitindo à criança testar hipóteses e experimentar coisas que não são possíveis na realidade.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 59 a 62.

Primeira Infância

A primeira infância é o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança. São nos primeiros anos de vida que ocorrem o amadurecimento do cérebro, a aquisição dos movimentos, o desenvolvimento da capacidade de aprendizado, além da iniciação social e afetiva. Estudos mostram que quanto melhores forem as experiências da

criança durante a primeira infância e quanto mais estímulos qualificados ela receber, maiores são as chances de ela desenvolver todo o seu potencial. Pesquisas têm demonstrado que essa fase é extremamente sensível para o desenvolvimento do ser humano, pois é quando ele forma toda a sua estrutura emocional e afetiva e desenvolve áreas fundamentais do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e à capacidade de aprendizado.

Acesso em: <https://tinyurl.com/43cba8zs>

59. Pesquisas em diferentes campos, como neurociência, psicologia do desenvolvimento e impactos de políticas públicas para a infância, indicam que o período com maior potencial para o desenvolvimento das competências humanas vai desde a gestação até o sexto ano de idade.

60. Durante a primeira infância, o cérebro se mostra extremamente rígido aos estímulos que recebe. Por isso, quanto melhor forem as condições que damos a uma criança no início da sua vida, maiores serão as chances dela se desenvolver de maneira integral.

61. O desenvolvimento da primeira infância tem um impacto direto no sucesso da criança na vida futura, pois será após esse período, ou seja, na adolescência, que os fundamentos serão construídos para a saúde, aprendizado, comportamento e bem-estar ao longo da vida.

62. Na primeira infância, o cérebro se desenvolve mais rapidamente do que em qualquer outra etapa da vida, o que indica que as experiências dessa fase terão um efeito duradouro ao longo da vida da criança.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 63 a 66.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

Acesso em: <https://tinyurl.com/mp67aezv>

63. Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve priorizar a alfabetização, assegurando amplas oportunidades para que os alunos dominem o sistema de escrita alfabética. Isso deve ser feito de forma integrada ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita, além de estimular a participação em práticas variadas de letramento.

64. Durante o período do Ensino Fundamental Anos Iniciais, as crianças passam por mudanças significativas que afetam suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a maior habilidade motora e autonomia reduz suas interações com o espaço.

65. As características dessa faixa etária exigem que o ambiente escolar se organize em torno dos interesses e experiências imediatas das crianças. Isso permite que elas ampliem sua compreensão progressivamente, mobilizando operações cognitivas menos complexas e desenvolvendo a sensibilidade para entender o mundo, expressar-se e atuar nele.

66. O contato com diversas linguagens e o uso da escrita e da matemática favorecem a participação no mundo letrado e a construção de novas aprendizagens. A afirmação da identidade dentro de seu coletivo promove formas mais ativas de interação com as normas sociais e o reconhecimento e valorização das diferenças.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 67 a 70.

Educação Infantil e Ensino Fundamental são indissociáveis: ambos envolvem conhecimentos e afetos; saberes e valores; cuidados e atenção; seriedade e riso. O cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na Educação Infantil; a alegria e a brincadeira também. E, com as práticas realizadas, as crianças aprendem. Elas gostam de aprender. Nas duas referidas etapas da Educação Básica, o objetivo é atuar com liberdade para assegurar a apropriação e a construção do conhecimento por todos. Na Educação Infantil, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, a vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito da criança de brincar, criar, aprender. Nos dois, temos grandes desafios: o de pensar a creche, a pré-escola e a escola como instâncias de formação cultural; o de ver as crianças como sujeitos de cultura e história, sujeitos sociais.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P.. A infância e sua singularidade. In: BRASIL/MEC. Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos

de idade. 2ª Ed. Brasília (DF): FNDE, Estação Gráfica, 2007, p. 13-24. Texto Adaptado.

Acesso em: <https://tinyurl.com/yc5wbcyh>

67. A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental exige atenção cuidadosa para garantir a continuidade e integração dos processos de aprendizagem das crianças, respeitando suas singularidades e relações com o conhecimento. É crucial implementar estratégias de acolhimento e adaptação para crianças e docentes, baseando a nova etapa no que a criança já sabe e pode fazer, e assegurando a continuidade do seu percurso educativo.

68. É importante igualmente salientar a necessidade de Formação Continuada, conforme exposto na LDB, nº 9394/96 nos Art. 61 e 67, que garantem a interação dos aspectos teóricos e práticos que promovem e efetivam as especificidades e a sistematização das práxis pedagógicas com a Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental.

69. De acordo com as Diretrizes Curriculares, existe uma lacuna entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Para reduzir essa fragmentação, é essencial garantir os direitos da criança sem interrupções e tratar o ensino como um processo contínuo e diagnóstico. Isso envolve promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento e reconhecer que a criança está em constante desenvolvimento social.

70. Vygotsky destaca que, à medida que a criança cresce, sua maneira de brincar e agir com os brinquedos também se transforma, criando novas situações imaginárias e formas de brincar. Portanto, o diferencial na transição é a abordagem do educador.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 71 a 74.

APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGOS MATEMÁTICOS

O conhecimento matemático que a criança constrói faz parte de um processo contínuo, na

busca de significados, relações, observações e, por meio da exploração de jogos, ela é capaz

de descobrir e perceber o espaço, o tempo, as medidas, as formas, etc.

Os jogos apresentados durante o processo de aprendizagem da Matemática possuem

uma forma mais motivadora na construção do pensamento da criança. Entre folhas de atividades

ou jogos certamente as crianças preferem os jogos, pois a possibilidade de aprender

e observar o que seu colega está elaborando, faz com que seja mais crítica na criação de

estratégias, tornando o que aprende mais estimulante do que reproduzir somente exercícios.

Vários pesquisadores têm desenvolvido seus estudos sobre a importância dos jogos como

uma estratégia metodológica a ser usada no dia a dia em sala de aula.

Márcia Beatriz Amplatz

Acesso em: <https://tinyurl.com/2kx4aw7s>

71. De acordo com Piaget, a brincadeira desenvolve as percepções, a inteligência, a experimentação e os instintos sociais da criança. Ao brincar, ela aplica seus esquemas mentais à realidade, o que contribui para sua formação intelectual e a construção do pensamento formal e raciocínio.

72. Desde a Educação Infantil, é fundamental que o professor se preocupe com o desenvolvimento do pensamento matemático das crianças. Respeitar as ideias de todos os membros do grupo, valorizar e discutir o raciocínio, as soluções e os questionamentos é essencial desde o início da formação do pensamento matemático.

73. Além de promover a aprendizagem matemática, o jogo facilita as interações sociais, nas quais cada membro do grupo deve colaborar e assumir suas responsabilidades pelo sucesso ou fracasso das metas estabelecidas. A interação com os outros contribui para um progresso mais significativo na organização do pensamento em comparação com a situação em que cada criança joga individualmente.

74. Ao jogar, a criança não constrói representações dos outros, mas de si mesmas, revelando assim seus comportamentos e hábitos. No jogo matemático, ela experimenta, busca novos caminhos, convive com o diferente, desenvolve confiança, raciocina, descobre, persiste e aprende a lidar com a perda, reconhecendo que surgirão novas oportunidades para vencer.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 75 a 78.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A lei é um espaço de luta pela conquista e reconhecimento de direitos de cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação regulamenta direitos instituídos na Constituição Federal de 1988, vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social. A formulação da lei seguiu longa trajetória de participação e conflitos por uma educação pública, democrática e de qualidade. (...)Após passar por negociações e conflitos, o projeto inicial foi aprovado na Câmara, em 1993. Foi substituído, no Senado, por projeto do Senador Darcy Ribeiro, desconsiderando a trajetória anterior. Diante da resistência que se seguiu a

essa mudança de rumo, Darcy Ribeiro foi incorporando emendas que atenuassem de algum modo as resistências e o mal-estar provocado pela estratégia acionada que ficou conhecida como manobra regimental.

Acesso em: <https://tinyurl.com/5n8trrxj>

75. A LDB define a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, com foco no desenvolvimento integral da criança, promovendo aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Inclui creches (para crianças de 0 a 3 anos) e pré-escolas (para crianças de 4 a 6 anos).

76. As instituições de ensino superior no Brasil não possuem autonomia universitária, mas têm a liberdade para definir seus currículos, métodos de ensino e políticas internas. No entanto, essa autonomia deve ser exercida dentro dos limites e diretrizes gerais estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e por outras regulamentações pertinentes.

77. A Lei estabelece a divisão da educação em níveis e etapas, incluindo a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Superior. Também trata da educação profissional e tecnológica.

78. Um município que aplicou 20% (vinte por cento) em 2023, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público, descumpriu o disposto no artigo 69 da LDB.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 79 a 82.

Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

A LBI tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro com o status de emenda constitucional.

Acesso em: <https://tinyurl.com/ydkjn9cj>

79. Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e

das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a aceitação de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

80. O Art. 6º da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), estabelece que a deficiência não limita a plena capacidade civil da pessoa, assegurando a todos os direitos fundamentais, sem distinção. Este artigo enfatiza a igualdade de direitos civis para pessoas com deficiência, combatendo a ideia de que a deficiência deve limitar suas capacidades ou direitos pessoais.

81. O Art. 30 da Lei nº 13.146/2015 estabelece que processos seletivos em instituições de ensino devem garantir acessibilidade para candidatos com deficiência, incluindo atendimento preferencial, provas em formatos acessíveis, recursos assistivos, tempo adicional e avaliação adaptada. Também prevê a tradução dos editais em Libras para garantir pleno acesso à informação.

82. A pessoa com deficiência tem direito a uma moradia digna, seja na família, com cônjuge, de forma independente ou em residência inclusiva. Em programas habitacionais públicos ou subsidiados, a pessoa com deficiência ou seu responsável tem prioridade na aquisição de imóveis, com a reserva mínima de 5% das unidades para essa população.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 83 a 86.

ECA 32 anos: origem e avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil!

Por: Childhood Brasil

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi institucionalizado pela Lei Federal nº 8.069 de 1990. Caracterizado por ser um conjunto de normas para preservar e garantir os direitos das crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, é reconhecido como o maior marco na proteção da infância e adolescência no país, envolvendo não somente as famílias, mas também o Estado e toda a sociedade brasileira.

Foi a primeira legislação baseada na proteção integral da infância e adolescência na América Latina, inspirada na Declaração Universal dos Direitos da Criança, publicada em 1979, e na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ambas amparadas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Acesso em: <https://tinyurl.com/3mhezpu3>

83. Segundo ao Estatuto da Criança e do Adolescente, as instituições sociais, sejam públicas ou privadas, que realizam atividades com crianças e adolescentes e recebem recursos públicos, devem solicitar e manter

atualizadas, a cada seis meses, as certidões de antecedentes criminais de todos os seus colaboradores.

84. O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo, e que a falta de oferta adequada desse ensino pelo poder público gera responsabilidade para as autoridades. Além disso, compete ao poder público recensear os educandos em toda a educação básica, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

85. Os Artigos 60 a 62 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecem que menores de 16 anos são proibidos de trabalhar, exceto como aprendizes. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulamentada por legislação específica, e a aprendizagem deve seguir as diretrizes educacionais, assegurando que a formação técnico-profissional seja adequada às necessidades dos adolescentes e respeite seus direitos.

86. O Art. 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente exige que os dirigentes de escolas de Ensino Fundamental e Médio comuniquem ao Ministério Público casos de maus-tratos envolvendo alunos, faltas injustificadas e evasão escolar recorrentes, assim como altos índices de repetência. Essa comunicação visa a garantir a proteção dos direitos dos estudantes, mobilizando recursos e providências adequadas para garantir seu bem-estar e desenvolvimento educacional.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 87 a 90.

A necessidade da atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais surgiu da constatação de que as várias modificações – como o Ensino Fundamental de nove anos e a obrigatoriedade do ensino gratuito dos quatro aos 17 anos de idade – deixaram as anteriores defasadas. Estas mudanças ampliaram consideravelmente os direitos à educação das nossas crianças e adolescentes e também de todos aqueles que não tiveram oportunidade de estudar quando estavam nessa fase da vida. Diante dessa nova realidade e em busca de subsídios para a formulação de Novas Diretrizes Curriculares Nacionais, a Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação promoveu uma série de estudos, debates e audiências públicas, com a anuência e participação das entidades representativas dos dirigentes estaduais e municipais, professores e demais profissionais da educação, instituições de formação de professores, mantenedoras do ensino privado e de pesquisadores da área.

Aloizio Mercadante. Ministro da Educação

Acesso em: <https://tinyurl.com/ygrayntvp>

87. O Art. 15, § 4º da Resolução CNE-CEB nº 07/2010 estabelece que a Música é um componente obrigatório dentro do currículo de Arte no Ensino Fundamental de 9 anos. No entanto, a Arte não se limita apenas à Música; ela também abrange outras formas de expressão artística, como artes visuais, literatura, teatro e dança, conforme o § 6º do Art. 26 da Lei nº 9.394/96.

88. O Art. 8º da Resolução CNE-CEB nº 07/2010 estabelece que o Ensino Fundamental, com duração de 9 anos, é destinado a crianças de 6 a 14 anos e também a quem não teve acesso na idade apropriada. A matrícula é obrigatória para crianças que completam 6 anos até 31 de março do ano letivo. Crianças que completam 6 anos após essa data devem ser matriculadas na Educação Infantil.

89. O Ensino Religioso, de matrícula facultativa ao aluno, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui componente curricular dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil e vedadas quaisquer formas de proselitismo, conforme o art. 33 da Lei nº 9.394/96.

90. O Art. 6º da Resolução CNE-CEB nº 07/2010 estabelece princípios para as políticas educativas e ações pedagógicas no Ensino Fundamental de 9 anos, abrangendo aspectos éticos, políticos e estéticos. Esses princípios incluem a promoção de justiça e igualdade, combate a preconceitos, e respeito aos direitos de cidadania e ao regime democrático. Também enfatizam a equidade no acesso a recursos e a redução de desigualdades sociais. No aspecto estético, destacam a valorização da criatividade, das manifestações culturais e a construção de identidades plurais e solidárias.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 91 a 94.

O que mudou na área da educação com a Constituição de 1988

Acesso universal passou a ser responsabilidade do poder público em suas diferentes esferas

Em um país com dimensões continentais, o Brasil assumiu, por meio da Constituição Federal de 1988, um compromisso audacioso e revolucionário: assegurar o direito de todos à educação gratuita. Assim, como no caso da saúde, o acesso universal passa a ser responsabilidade do poder público, em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Torna-se um instrumento de cidadania.

(...) a Carta Magna ampliou o conceito de educação, ao considerar a necessidade, por exemplo, do atendimento suplementar, como alimentação, transporte, saúde e material didático. "Ou seja, é uma Constituição consciente dos obstáculos sociais e econômicos

existentes na nossa sociedade, que por tantos anos deixaram grande parte da população fora da escola", ressalta o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), Cezar Miola.

Acesso em:

<https://www.correiodopovo.com.br/especial/o-que-mudou-na-%C3%A1rea-da-educa%C3%A7%C3%A3o-com-a-constitui%C3%A7%C3%A3o-de-1988-1.1395696>

91. O Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito de todos e um dever do Estado e da família. A educação deve promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo acadêmico.

92. O Art. 211 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de hierarquização seus sistemas de ensino. A União é responsável pelo sistema federal de ensino e pela assistência técnica e financeira para garantir a qualidade e igualdade de oportunidades educacionais. Os Municípios devem focar no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os Estados e o Distrito Federal devem priorizar o médio.

93. O Art. 209 da Constituição Federal de 1988 permite a criação e administração de instituições de ensino pela iniciativa privada, desde que essas instituições cumpram as normas específicas da educação nacional e obtenham autorização do Poder Público. Além disso, podem participar das avaliações nacionais para garantir a qualidade do ensino oferecido.

94. O Art. 214 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a Lei deve criar um plano nacional de educação de 10 anos, visando coordenar o sistema educacional em colaboração entre as esferas federativas. O plano deve definir diretrizes e metas para garantir o desenvolvimento do ensino em diferentes níveis e modalidades, abordando a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, a melhoria da qualidade do ensino, a formação para o trabalho, a promoção humanística, científica e tecnológica do país, e a definição de metas para a aplicação de recursos públicos em educação.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 95 a 98.

A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, aprovada em dezembro de 2019, revogou a Resolução CNE/CP nº 2/2015 com justificativas de que não atendia as demandas necessárias para o processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica. Nesse contexto, a nova normativa propõe mudanças para o campo das licenciaturas que

padronizam o processo formativo, além de acarretar implicações para o curso de Pedagogia, que descaracterizam o profissional pedagogo.

FONSECA, Marylia Gabriela Ortis da; LIMA, Michelle Fernandes. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica: implicações para o curso de Pedagogia. Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Acesso em: <https://tinyurl.com/2kvy8vwm>

95. Todos os cursos em nível superior de licenciatura, destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, serão organizados em três grupos, com carga horária total de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas, e devem considerar o desenvolvimento das competências profissionais explicitadas na BNC-Formação.

96. O Art. 5º da Resolução CNE/CP nº 2/2019 estabelece que a formação dos professores e profissionais da Educação deve ser fundamentada em uma base sólida de conhecimentos científicos e sociais, essencial para suas atividades. Além disso, a formação deve integrar teoria e prática pedagógica e aproveitar experiências anteriores adquiridas em instituições de ensino e em outras atividades relacionadas à Educação. Esse enfoque visa garantir que os profissionais estejam bem preparados para atender às especificidades e objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

97. A Resolução CNE/CP nº 2/2019 estabelece que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem implementar um processo contínuo de avaliação dos egressos, integrado aos ambientes de aprendizagem. Além disso, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é encarregado de criar e aplicar um novo instrumento de avaliação presencial dos cursos de formação de professores, com base nas diretrizes da Resolução, no prazo de até dois anos após sua publicação.

98. As competências gerais docentes, as competências específicas e as respectivas habilidades da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, previstas na Resolução CNE/CP nº 2/2019, deverão ser revisadas pelo CNE, sempre que houver revisão da Base Nacional Comum Curricular.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 99 a 100.

As habilidades relacionadas às competências específicas na área do conhecimento matemático e suas Tecnologias estão associadas ao modo particular de cada indivíduo raciocinar, representar, se comunicar e argumentar, propondo uma visão mais integrada da Matemática a partir do aperfeiçoamento dos saberes essenciais, construídos até o 9º ano do Ensino

Fundamental e durante o Ensino Médio (Brasil, 2018). Desse modo, o ensino desse componente curricular requer uma abordagem conectada com a vida real, pois o jovem aprende a usar o conhecimento na prática, com ênfase no seu projeto de vida, considerando uma concepção de "juventudes" que, pela sua diversidade, aprende de formas diferentes e tem acesso a vários tipos e fontes de informação (Brasil, 2018).

CASTRO, Emanuela Moura de Melo; NASCIMENTO, Kátia Romilda Silva do; SALES, Giliane Felismino; SANTIAGO, Silvany Bastos. O uso das tecnologias digitais no ensino de Matemática numa perspectiva construcionista.

Acesso em: <https://tinyurl.com/5xzecvta>

99. Para o ensino de Matemática, os recursos digitais oferecem uma maneira de inovar e incentivar a criatividade dos alunos ao permitir que eles realizem suas próprias descobertas. Isso substitui o ensino tradicional, baseado na memorização de regras e na prática de exercícios, ao promover um aprendizado mais motivador e significativo.

100. O uso das tecnologias digitais pode transformar o currículo escolar ao permitir a criação de projetos dos quais os alunos participam ativamente e agem concretamente. Essa abordagem pode inovar o ensino pois ao associar tecnologias à Matemática, pode-se facilitar a compreensão de conceitos matemáticos, tornando o aprendizado mais dinâmico e acessível.

Não destacar. Folha para rascunho.

Não destacar. Folha para rascunho.

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

RAASCUNHO